**Reunião Ordinária – Data: 10/12/2024**

**Ata n° 15**

Ao décimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de Criciúma – COMPIRC, de forma presencial, com início às nove horas da manhã. Estavam presentes os seguintes Conselheiros (as): Ademar Silvano Barbosa (Gabinete do Prefeito); Claiton Sebastião (Procuradoria-Geral do município); Andreza Aparecida Fidelis (Secretaria Municipal de Educação); Marcela Daiana Vicente Santiago (Secretaria Municipal de Saúde) Joelson Andreza Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação); Alexandre Valdemar da Rosa (Polícia Militar); Remerson Luiz Vicência (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT); Munique do Nascimento (COPIRC); Joana Ferreira Costa (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); Osvaldo Nazario (Pastoral da Consciência Negra); Ivan de Souza Ribeiro (Anarquistas Contra o Racismo – ACR); Maria Estela Costa da Silva (Movimento Organizado Maura Martins Vicência); Estela Machado (ENEB); Maria Helena de Bitencourt (Sindicato dos Servidores Públicos – SISERP) e Janaína Damásio Vitório (Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC). A Presidente Maria Estela Costa da Silva deu início à reunião cumprimentando os presentes e agradecendo a participação de todos. Após a validação do quórum e a aprovação da ata nº 14, a Presidente concedeu a palavra ao Secretário Municipal de Assistência Social, Jamil Ahmad Alan. O Secretário informou que, com a recente mudança de titular da pasta, foi recebido um pedido do conselho, em parceria com a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial do Município de Criciúma (COPIRC), para a designação de um servidor exclusivo para atender às demandas da COPIRC. Jamil explicou que a Secretaria Municipal de Assistência Social já encaminhou um parecer à Procuradoria, que foi categórica ao destacar que as funções descritas em lei para o cargo de coordenador não existem no quadro de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Criciúma. Por esse motivo, será necessário realizar uma adequação ou alteração na legislação vigente. O Secretário também apontou que, de acordo com a lei, o servidor designado para essas funções deveria pertencer à Secretaria Municipal de Educação. Contudo, devido a alterações administrativas, essa vinculação não foi devidamente ajustada nas demais disposições legais. A presidente destacou que o acordo firmado entre a COPIRC e o Conselho prevê a reanálise da Lei que define o representante da educação para o cargo, visando uma melhor organização e o fortalecimento dos movimentos e seus respectivos fundos. Em seguida, a presidente abordou o terceiro ponto da pauta: a avaliação do projeto Aquilombar e das demais ações realizadas no mês de novembro. A palavra foi concedida à conselheira Andreza Aparecida Fidelis, representante da Secretaria Municipal de Educação, que apresentou informações sobre o 1º Seminário Regional da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC). O evento celebrou os 20 anos da Lei 10.639/03, referente a  inclusão e obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira na educação pública e privada do país. O evento também contou com a participação do Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, Samuel Dal Farra Naspolini. Durante sua fala, a conselheira destacou os avanços alcançados pelo município ao longo das duas décadas de vigência da Lei. O seminário foi encerrado com uma mesa-redonda destinada a discussões sobre a legislação vigente. A presidente informou que foi convidada pelo Colégio Michel para ministrar uma palestra sobre sua área de expertise profissional, destinada às turmas do sexto ao nono ano, no período da manhã. Ela enfatizou a relevância do evento, não apenas como uma oportunidade de interação, mas também como um espaço de troca de conhecimentos e reflexões. Durante a palestra, temas de interesse dos jovens foram abordados de forma dinâmica, o que contribuiu para captar a atenção dos alunos e incentivar a participação ativa. Além disso, foram promovidas rodas de conversa, que se mostraram fundamentais para um aprofundamento das questões levantadas. Nessas rodas, os estudantes tiveram a chance de expor suas opiniões, fazer perguntas e compartilhar experiências, criando um ambiente de diálogo e construção coletiva. A presidente destacou que esse formato facilitou a conexão entre os alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades como a argumentação, a empatia e a escuta ativa. Ao final do evento, foi possível perceber um engajamento significativo por parte dos alunos, o que reforçou a importância de atividades dessa natureza no ambiente escolar. A presidente ressaltou ainda que iniciativas como essa são essenciais para fomentar a conscientização, o senso crítico e a formação cidadã dos jovens. Ademais, abriu-se discussão entre conselheiros referente ao movimento racial em Criciúma que vem ganhando força e visibilidade nos últimos anos, por resultado do trabalho coletivo de lideranças, instituições, e da crescente conscientização da sociedade sobre a importância da luta por igualdade e respeito às diversidades étnico-raciais. Eventos como o Aquilombar, que destaca o papel da cultura afro-brasileira e promove diálogos sobre racismo estrutural e inclusão, têm desempenhado um papel fundamental nesse avanço. O avanço do movimento racial em Criciúma reflete, ainda, a articulação com outras cidades da região e com redes nacionais que lutam pela igualdade racial. Essa conexão tem permitido trocas de experiências, ampliação de recursos e maior pressão por políticas públicas. Esse fortalecimento evidencia a importância da luta antirracista como um movimento contínuo e colaborativo, que busca construir uma sociedade mais justa, plural e acolhedora para todos. Dando sequência, a presidente passou ao último ponto da pauta: os informes. Ela relatou que, em conversa com a conselheira Daniela Chagas Pacheco, representante da Secretaria Municipal de Educação, foi sugerida a possibilidade de dedicar as primeiras reuniões de fevereiro aos encaminhamentos finais do documento em elaboração. O objetivo é garantir que o material esteja totalmente formatado e finalizado até abril, em razão da transição da Presidência do Conselho. Sem mais a tratar, a Presidente Maria Estela Costa da Silva agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Carol Castro Brito, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Ademar Silvano Barbosa (Gabinete do Prefeito);

Claiton Sebastião (Procuradoria-Geral do município);

Andreza Aparecida Fidelis (Secretaria Municipal de Educação);

Marcela Daiana Vicente Santiago (Secretaria Municipal de Saúde)

Joelson Andreza Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação);

Alexandre Valdemar da Rosa (Polícia Militar);

Remerson Luiz Vicência (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT);

Munique do Nascimento (COPIRC);

Joana Ferreira Costa (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB);

Osvaldo Nazario (Pastoral da Consciência Negra);

Ivan de Souza Ribeiro (Anarquistas Contra o Racismo – ACR);

Maria Estela Costa da Silva (Movimento Organizado Maura Martins Vicência);

Estela Machado (ENEB);

Maria Helena de Bitencourt (Sindicato dos Servidores Públicos – SISERP);

Janaína Damásio Vitório (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC).